

## **Condições de trabalho de professoras em creches conveniadas com o poder público – Brasil**

Maria Beatriz de Oliveira Vasconcelos Silva – Universidade Federal de Minas Gerais

### *Resumo*

O trabalho apresenta parte de pesquisa em andamento que investiga as concepções a respeito da função social das creches sob a perspectiva de diferentes atores. O estudo está sendo realizado no município de Belo Horizonte – Brasil. Este recorte, de forma específica, traz resultados de entrevistas realizadas com duas professoras que atuam em uma creche conveniada com a Rede Municipal de Educação (RME) e teve, como objetivo principal, compreender suas concepções a respeito das condições do trabalho docente nessas instituições. Os resultados indicam que as professoras demonstram satisfação em atuar com bebês e crianças bem pequenas, e que concebem a frequência às creches como possibilidade de potencializar o desenvolvimento para a faixa etária de zero a três anos. Informam, também, que desejam ser aprovadas em um concurso da RME para que possam encontrar melhores condições remuneratórias e laborais. Ademais, ressaltam a necessidade de investimento do poder público para que haja continuidade do atendimento em tempo integral na pré-escola, o que beneficiaria as crianças e ampararia as mulheres trabalhadoras, inclusive as próprias docentes.

Palavras-chave: Creches; Docência; Políticas de cuidado

### *Introdução*

O trabalho apresenta parte de pesquisa em andamento que pretende analisar a função social das creches sob o ponto de vista de diferentes atores. Aprovada pelo Conselho de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais, está sendo realizada no município de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. Procuramos conhecer as concepções sobre a creche apresentadas por docentes, familiares, gestores de creches públicas e conveniadas com o poder público municipal, além de representantes de movimentos sociais e do ministério público estadual, atores envolvidos no cuidado e educação de bebês e crianças bem pequenas,

na faixa etária de zero a três anos. Os procedimentos metodológicos incluem pesquisa documental e empírica qualitativa – estudos de caso.

Cumprir informar que, no Brasil, a Educação Infantil constitui a primeira etapa da educação básica e é composta por creches e pré-escolas. As creches são instituições que atendem bebês e crianças na faixa etária de zero a três anos e as pré-escolas atendem crianças de quatro e cinco anos.

Neste trabalho, de forma específica, serão ressaltadas informações sobre as docentes que trabalham em creches conveniadas, as quais concentram 55% do atendimento de crianças de 0 a 5 anos de idade do município. Sendo assim, essas trabalhadoras compõem uma categoria que desempenha um trabalho relevante, em parceria com o atendimento público em creches, o qual responde por 37% das matrículas na educação infantil. No entanto, baseadas em dados resultantes de revisão de literatura, podemos afirmar que constituem uma categoria que possui pouco espaço para expor suas perspectivas e percepções sobre aspectos relativos ao exercício da função docente, tais como, condições laborais, remuneração, perspectivas profissionais, relação com as famílias e com as crianças. Tais informações ressaltam a relevância desse trabalho para conhecer sob quais condições a docência tem sido desempenhada nesses espaços.

Para fins de organização didática, o trabalho será dividido em duas seções, além desta breve introdução. A primeira seção abordará a contextualização do convênio de creches em Belo Horizonte e a segunda seção apresentará o procedimento metodológico e os resultados da pesquisa realizada com as professoras.

### *Convênios com creches – histórico e panorama atual*

Dados documentais indicam que, historicamente, diante da omissão e insuficiência do poder público municipal em ofertar vagas em creches públicas, as creches comunitárias, surgidas no final da década de 1970, se apresentaram como alternativa para mulheres trabalhadoras que se organizaram para reivindicar e criar espaços de cuidado e educação para seus filhos. (Veiga, 2005). Essas experiências se fortaleceram no cenário das políticas de educação infantil na capital, ao longo dos últimos 40 anos, impondo-se como coadjuvantes na oferta educacional.

A partir do ano de 2002, a política de convênios com essas instituições passou a ser gerida pela Secretaria Municipal de Educação (Silva, Braga e Vieira, 2021), compondo o que se denominou de rede parceira, no contexto de nova legislação regulatória da relação público-privado no país. Essa modalidade de relação se constituiu em prática comum no Brasil e outros países latinos. (Faur, 2015), (Rosemberg, 2015).

Belo Horizonte conta, atualmente, com 236 instituições ditas parceiras, as quais acolhem, em tempo integral, a maior parte das crianças na faixa etária de zero a dois anos oriundas da parcela mais pobre da população. A Tabela 1 apresenta dados referentes à quantidade de instituições que atendem à Educação Infantil na cidade, classificadas por rede de ensino.

**Tabela 1 - Quantidade de instituições que atendem à Educação Infantil em Belo Horizonte, considerando rede própria e conveniada.**

	Ano 2016	Ano 2020	Ano 2023
Escolas Municipais de Educação Infantil	140	145	145
Escolas de Ensino Fundamental com salas adaptadas para a Educação Infantil	14	59	59
Creches conveniadas	194	207	236
<b>Total</b>	<b>348</b>	<b>411</b>	<b>440</b>

Fonte: Sistema de Informações para Gestão Acadêmica (SIGA) <https://sigabh.pbh.gov.br/>

Por meio dos dados inscritos na Tabela 1, é possível avaliar que a presença das creches conveniadas é marcante e vem se constituindo e se consolidando como alternativa para atendimento da faixa etária de zero a três anos em tempo integral no município. Percebe-se que houve o aumento considerável do número de instituições entre os anos de 2016 e 2023 e que essa expansão concentrou-se na ampliação da rede conveniada.

Embora não seja o objetivo central deste trabalho, cabe problematizar a persistente política de conveniamento adotada pelo poder público em Belo Horizonte, bem como os motivos e as implicações desse sistema que se concentra, de forma mais presente, no atendimento aos bebês e crianças bem pequenas. Isso é importante, por se tratar de uma rede que é dotada de menor regulação e controle por parte do Estado. Nesse sentido, é crucial haver o monitoramento social e o desenvolvimento que pesquisas que interroguem essa organização, tendo em vista que as políticas de atendimento público à educação infantil são marcadas pela dualidade. Para além de uma divisão etária, Rosemberg (2015) informa que, de forma dicotômica, enquanto a pré-escola alcança um caráter formal e institucional, a creche é

comumente ofertada de maneira improvisada, informal e precária em grande parte dos países latino-americanos.

Ademais, é necessário salientar que essa dualidade atinge, também, as profissionais que atuam nas creches conveniadas, posto que sofrem maior sobrecarga e precarização das condições laborais e remuneratórias, quando comparamos suas condições de trabalho com as das professoras da RME. Trataremos desses aspectos na próxima seção.

### *A pesquisa: o que dizem as professoras*

A pesquisa foi realizada em uma instituição localizada na região norte do município de Belo Horizonte. Na escola pesquisada, existem 20 professoras que atendem 16 turmas de crianças de 0 a 3 anos em tempo integral. Dentre elas, quatro professoras têm formação em Magistério Nível Médio e estão cursando graduação, enquanto 16 já são graduadas em Pedagogia.

Como instrumento metodológico, utilizamos entrevistas semiestruturadas, realizadas entre os meses de abril e maio de 2023. Entendemos que essa abordagem seria o meio mais adequado para que as professoras pudessem expor suas concepções a respeito da docência em creches, seus anseios e dificuldades. O Quadro 1 apresenta o perfil das entrevistadas. Importa informar que os nomes indicados são fictícios e foram escolhidos por elas.

#### **Quadro 1 - Perfil das professoras entrevistadas**

Nome	Cor	Escolaridade	Tempo de trabalho na instituição.	Idade dos bebês/crianças com as quais atua.
Isa	Negra	Graduação em Pedagogia e Especialização	12 anos	1 a 2 anos
Júlia	Negra	Magistério - Médio normal - Pedagogia em curso	5 anos	6 meses a 1 ano

Fonte: Elaboração própria com dados coletados durante as entrevistas.

Ao longo das entrevistas, as professoras apresentaram relatos que transparecem satisfação em trabalhar em turmas de bebês e crianças bem pequenas, indicando que escolheram a docência como profissão e pretendem permanecer. Para tanto, investem em formação inicial e continuada. Concordam com a afirmação da necessidade de qualificação para atender, com qualidade, as crianças e suas famílias, conforme indicam os trechos abaixo.

*Eu amo o que eu faço. Gosto de ser professora. Então, eu quero continuar até quando eu aguentar. Então, assim, se eu vou procurar curso, estudar, para melhorar na minha profissão. Para crescer na minha profissão mesmo. Eu gosto de fazer isso (Isa, 2023).*

*Meu primeiro emprego foi babá. Então, era mais assim, nesse sentido mesmo. Só que aí a gente pensa que professor de educação infantil é babá, né? Depois que eu fui estudar, que eu fui entender o desenvolvimento das crianças, o que elas envolvem, pra que ela vem pra escola, que eu entendi o verdadeiro motivo. E eu me interessei. Porque, além de ser uma coisa que é gostosa, porque eles desenvolvem, né? Muito rápido. Todo dia tem uma novidade. Principalmente esse ano que eu estou no Berçário! Todo dia tem uma coisa diferente pra eles. E eu acabei me interessando por isso mesmo. Pela aprendizagem. Como que eles desenvolvem e o que que eles aprendem. E eu gostei mesmo. (Júlia, 2023).*

As professoras defendem a importância da frequência às creches para as crianças, informando que percebem benefícios para o desenvolvimento motor, a autonomia e a interação social. De igual modo, analisam as possibilidades de potencialização do desenvolvimento infantil das crianças que frequentam a instituição em comparação com aquelas que não têm essa oportunidade.

*Eu acho que é importante a criança frequentar, assim, a instituição, a escola, porque a gente vê crianças que ficam em casa, que são educadas pelos pais e não frequentam a instituição, né? Então a gente vê nitidamente a questão, eu falo de autonomia mesmo, de tudo. Porque são 12 crianças, então, do Berçário. Eles acabam tendo autonomia para fazer as coisas. Então, em casa não. Muitas vezes a gente peca como mãe de ir fazendo para os nossos filhos, né? Achar que eles não dão conta. (Júlia, 2023).*

*Eu acho que a diferença (entre as crianças que frequentam e aquelas que não frequentam) é porque a gente acredita que as crianças são capazes. Que elas conseguem. E os pais? Não. Eles veem aquela criança sempre como um bebê. Que não dá conta. Que tem que fazer para eles. Eu acho que a diferença é essa. E como a gente acredita, a gente vai deixar eles fazerem, vai deixar eles tentarem. Aí, eu acho que a diferença entre a criança que está na escola e a criança que está em casa é essa. (...) Eu tenho uma aluna, que não andava. Aí, a mãe estava com receio de colocar (na creche). E, assim, mais preocupada. Achava que a filha dela não ia andar. Levou ao médico. Aí, ela chegou bem, assim, com as perninhas muito molinhas mesmo. Mas, aí, em pouco tempo, ela estava andando, está andando. A mãe chorou quando viu ela andando. Aí, a mãe está falando que agradece demais à escola. Como a filha dela desenvolveu. Disse que vai até levar ao médico e que queria ver até a reação da médica. Que ela (a criança) ia chegar andando. É muito bom! (Isa, 2023).*

Os depoimentos acima estão em concordância com estudos que ressaltam a relevância do papel desempenhado pelas creches. Amorim (et.al, 2020), por exemplo, discutem a importância das instituições que educam e cuidam de bebês e crianças bem pequenas, destacando a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e as alterações nas configurações familiares como fatores decisivos para que as famílias passassem a buscar alternativas viáveis para o compartilhamento do cuidado e educação das crianças. As autoras, baseadas em estudos que têm como objeto o desenvolvimento dos bebês e crianças bem

pequenas, defendem que a entrada e frequência a instituições de qualidade, desde a mais tenra idade, possibilitam a ampliação de experiências interpessoais e favorecem o desenvolvimento infantil.

Em relação à remuneração, as professoras afirmaram que houve, nos últimos anos, uma considerável melhoria devido à luta da categoria pelo cumprimento da lei que estabeleceu o Piso Nacional do Magistério (Lei nº 11.738). Intensas negociações e movimentos grevistas foram necessários para que elas pudessem ter essa garantia. Consideram a necessidade de permanecerem mobilizadas para evitar retrocessos. Existe uma ação judicial em andamento que reivindica o mesmo salário para as professoras que ainda não possuem graduação e recebem uma remuneração abaixo do piso estabelecido. São filiadas ao SINTBREF (Sindicato dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas do Estado de Minas Gerais). Diferentemente, as professoras municipais contam com sindicato próprio voltado para trabalhadores da educação.

No que se refere às condições laborais, as professoras revelaram que, apesar da satisfação em atender bebês e crianças bem pequenas, existem fatores que tornam o trabalho extenuante. Um deles é a quantidade de crianças por professora, tendo em vista que para a faixa etária de um a dois anos, por exemplo, existem 12 crianças para uma professora e uma monitora. A professora Isa argumentou que, nessa idade, as crianças exigem muito esforço físico dos adultos para que sejam atendidas em suas necessidades diárias de cuidado. Outro fator, aliado a esse, é a carga horária de 40 horas semanais de trabalho, considerada extensa. Para fins de comparação, as professoras da RME possuem uma carga horária semanal de 22:30 minutos.

*Os pequeninhos, eles dependem mais da gente. Eles dependem mais das coisas maiores. E aí, assim, às vezes a dificuldade é essa, né? Porque eu sou uma só. Tem apoio, mas nem assim, né? E aí, eles são tão pequeninhos para poder dar essa atenção que eles merecem. (...) eles querem subir, mas você tem aquele medo de deixá-los cair. Ao mesmo tempo, você tem que deixar subir para desenvolver, né? Querem subir escada... E, às vezes, se eles caírem, dá um raladinho e a mãe pode não gostar. (...) É, assim, no final do dia, a gente... Tá que não aguenta, né? Tá que não aguenta mais (de cansaço) Ainda mais bem pequenininho que a gente abaixa toda hora, abaixa, levanta. Eu só fico preocupada, assim, com a idade (quando ficar mais velha) com a coluna, essas coisas. (Isa, 2023)*

Devido a tais condições, as professoras manifestaram o desejo de serem aprovadas em concurso público da Rede Municipal de Educação (RME) para poderem trabalhar em meio expediente nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI). De acordo com elas, tal

possibilidade poderia resultar em mais qualidade de vida, pois receberiam o mesmo salário trabalhando pela metade do tempo, e poderiam dedicar-se à família, ao cuidado com os filhos e à própria saúde.

*(...) eu desejo, assim, continuar estudando, fazer pós-graduação. Eu desejo tentar um concurso, porque eu sou mãe, em primeiro lugar, né? E a gente sente falta de ter esse momento com os filhos. E o ano que vem, começam os meios horários (para a criança) E a gente já tem aquela preocupação “ah! Com quem ele vai ficar?” Então, eu tenho, sim, vontade de trabalhar na rede (RME) Pra ter mais momento mesmo com a família, com o meu filho. Eu pretendo, sim, continuar estudando, fazendo pós-graduação. Avançar, sabe? (Júlia, 2023)*

*Eu gosto muito de trabalhar aqui. É muito bom. Mas se eu estivesse em outro lugar com, carga horária menor, aí eu iria, por causa do horário. (Isa, 2023).*

A professora Júlia, que também é mãe de uma criança de três anos que estuda nesta creche, expôs e ressaltou a preocupação sobre como conseguirá conciliar o trabalho e a atenção ao filho, já que, no próximo ano, ele não poderá estudar nessa instituição e não terá a garantia do atendimento em tempo integral.

*(...) Eu pensei em uma pessoa (para ficar com a criança), porque ficou com ele quando ele era bebê. Já pesquisei, porque quando ele não vem e meu marido tá trabalhando, eu deixo na casa dessa pessoa, que é uma pessoa que eu pago para ficar com ele. E aí, como ele gosta também, eu pensei nela. Só que aí eu fico pensando “meu Deus, como ela vai sair de lá, de onde que ela mora, pra vir aqui buscar ele, pra levar pra casa dela, pra depois eu ir lá buscar?” Então tem tudo, assim, uma dinâmica ainda que tem que ser estudada.(...) Eu trabalho o dia inteiro. Então a gente sente essa falta (do atendimento em tempo integral). (Júlia, 2023)*

A respeito da demanda por educação infantil em tempo integral, um estudo realizado por Araújo, Auer e Taquini (2021) apresenta resultados de entrevistas realizadas com familiares de crianças matriculadas em três municípios da região de Vitória, estado do Espírito Santo. Os dados da referida pesquisa corroboram para a constatação de que existe uma crescente procura por creches em tempo integral, ocasionada, em grande medida, pela necessidade de compartilhamento de educação e cuidado das crianças. Essa necessidade, conforme as autoras, baseia-se na permanente responsabilidade pelo cuidado com os filhos que recai sobre as mulheres, as quais precisam buscar alternativas diante da necessidade de, também, dedicarem-se às atividades profissionais.

Neste sentido, o depoimento da professora Júlia resalta a necessidade de uma política pública que garanta a ampliação do tempo integral também para as pré-escolas da RME, evitando a interrupção desse atendimento às crianças e suas famílias.

## *Considerações finais*

Os resultados da pesquisa ressaltam a importância da política de construção e manutenção das creches para a sociedade, pois são espaços que colaboram para o desenvolvimento infantil proporcionando a convivência entre bebês e crianças pequenas, ao mesmo tempo em que amparam as mulheres trabalhadoras.

Ademais, demonstram que, apesar de as docentes entrevistadas demonstrarem satisfação com o trabalho que realizam na instituição em que atuam, elas expõem que suas condições laborais e remuneratórias são mais precarizadas em comparação àquelas encontradas na RME. Neste sentido, cabe investir em pesquisas que indaguem os sentidos e as consequências da ampliação da parceria com a rede conveniada adotada pelo poder público municipal. Isso é importante, não somente para garantir a qualidade do atendimento ofertado às crianças e às suas famílias, mas, também, para questionar a precarização da mão de obra empregada nessas instituições.

Por fim, a maior reflexão que se apresenta é a necessidade de dar visibilidade para as professoras que trabalham nas creches conveniadas, as quais enfrentam dificuldades que a maioria das mulheres trabalhadoras encontram para conciliar trabalho, estudo e cuidado com os filhos. Nesse sentido, voltamos nossos olhares para elas, nos perguntando: quem cuidará dos filhos de quem cuida? Essa é uma questão que ressalta a responsabilidade do Estado para desenvolver políticas de cuidado e educação em tempo integral.

## *Referências*

Amorim, K. de S., Angela Maria Rabelo Barreto, Gomes, M. de F. C., Macário, A. de P., Neves, V. F. A., Oliveira, Z. M. R., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2020). CONTINUANDO O DEBATE SOBRE CUIDADO E EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS NOS PRIMEIROS ANOS DE VIDA. *Teoria E Prática Da Educação*, 23(1), 22-35. <https://doi.org/10.4025/tpe.v23i1.49985>

Araújo, V. C., Auer, F., & Taquini, R. (2021). CARACTERIZAÇÃO E MOTIVAÇÃO DAS FAMÍLIAS SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPO INTEGRAL EM TRÊS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE VITÓRIA. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 23, n. 44, p. 1660-1683, jul./dez., 2021. Universidade Federal

de Santa Catarina. ISSN 1980-4512. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e79037>

Dias, R C. O MOVIMENTO DE LUTA PRÓ-CRECHE DE BELO HORIZONTE: A PRÁTICA SOCIAL DE MULHERES NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS E DE UMA NOVA CIDADANIA. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995

ROSEMBERG, F.(1999). EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E PROCESSOS DE EXCLUSÃO. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 107, p. 7-40.

ROSEMBERG, F. (2015). A CIDADANIA DOS BEBÊS E OS DIREITOS DE PAIS E MÃES TRABALHADORAS. In: FINCO, D.; GOBBI, M. A.; FARIA, A. L. G. (Orgs.). *Creche e Feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora*. Campinas: Edições Leituras Críticas. p. 163-183.

SILVA, F., BRAGA., & VIEIRA, L. M. F. (2021) INFRAESTRUTURA DAS CRECHES E PRÉ-ESCOLAS EM BELO HORIZONTE: CONDIÇÕES DE OFERTA E DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL. *Educação (UFES)* [Online], 46.1: e9/ 1-28. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/reeducacao/article/view/42721/html>

VEIGA, M. M. (2005) **Creches e políticas sociais**. Disponível:  
[https://books.google.com.br/books?id=TdbEQ0utzRIC&printsec=frontcover&hl=ptBR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=TdbEQ0utzRIC&printsec=frontcover&hl=ptBR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false).